



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 1796/2025/GM/MDS

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **JOSÉ CARLOS VERAS DOS SANTOS**
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Brasília, Distrito Federal
E-mail: ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: **Requerimento de Informação nº 336, de 2025.**
Referência: *Ofício 1ªSec/RI/E/nº 26, de 20 de março de 2025.*

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Com meus renovados cumprimentos, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 26/2025 de 20 de março de 2025, pelo qual Vossa Excelência apresenta o Requerimento de Informação nº 336, de 2025, de autoria da Exma. Sra. Deputada Federal [Julia Pedroso Zanatta \(PL/SC\)](#), em que "Solicita informações detalhadas ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, sobre os contratos firmados pelo Ministério do Desenvolvimento Social com Organizações Não Governamentais (ONGs) para a distribuição de refeições a pessoas em situação de rua.", conforme especifica.
2. A esse respeito, encaminho a manifestação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do OFÍCIO Nº 120/2025/SESAN-ASSESSORIA I, de 17 de abril de 2025, acompanhado dos respectivos anexos.
3. Na expectativa de haver atendido à solicitação de Vossa Excelência, bem como à autora do Requerimento, permaneço à disposição para prestar eventuais informações complementares sobre o assunto.

Atenciosamente,

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome

Anexos:

- I - OFÍCIO Nº 120/2025/SESAN-ASSESSORIA I (16786231); e
- II - NOTA INFORMATIVA Nº 28/2025/CGSOL/DESAU/SESAN (16822966).
- III - Relatório Fiscalização cozinhas Mover Helipa (16775005); e
- IV - Fotos Fiscalização cozinhas Mover Helipa (16822959).



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araújo Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, em 22/04/2025, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16829475** e o código CRC **F2BF7414**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

OFÍCIO Nº 120/2025/SESAN-ASSESSORIA I

Brasília, 17 de abril de 2025.

À Senhora

FELÍCIA IBIAPINA DOS REIS

Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Brasília, Distrito Federal

Assunto: Requerimento de Informação nº 336, de 2025 - Deputada Federal Julia Pedroso Zanatta (PL/SC).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.036363/2025-98.

Senhora Chefe da Assessoria,

1. Reporto-me ao Ofício nº 83/2025/MDS/ASPAR-LEGISLATIVO (SEI nº 16725773), que trata do **Requerimento de Informação nº 336, de 2025** (SEI nº 16715801), de autoria da Exma. Sra. Deputada Federal Julia Pedroso Zanatta (PL/SC) em que "Solicita informações detalhadas ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, sobre os contratos firmados pelo Ministério do Desenvolvimento Social com Organizações Não Governamentais (ONGs) para a distribuição de refeições a pessoas em situação de rua".
2. Sobre o assunto em apreço, encaminho os esclarecimentos prestados pelo Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, vinculado a esta Secretaria Nacional, através da Nota Informativa nº 28/2025/CGSOL/DESAU/SESAN (SEI nº 16822966) e demais documentos anexados.
3. Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Anexos: I - Nota Informativa nº 28/2025/CGSOL/DESAU/SESAN (SEI nº 16822966);
II - Relatório Fiscalização cozinhas Mover Helipa (SEI nº 16775005);
III - Fotos Fiscalização cozinhas Mover Helipa (SEI nº 16822959).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian dos Santos Rahal**, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 17/04/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16786231** e o código CRC **0E2B5408**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL
COORDENAÇÃO-GERAL DE COZINHAS SOLIDÁRIA

Nota Informativa nº 28/2025/CGSOL/DESAU/SESAN

Brasília, 17 de abril de 2025

INFORMAÇÕES

Em resposta ao **Requerimento de Informação nº 336**, esta Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apresenta esclarecimentos com relação ao Programa Cozinha Solidária.

1. O Programa Cozinha Solidária é iniciativa do Congresso Nacional brasileiro, que formulou e instituiu a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, com o objetivo de apoiar o fornecimento de alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua e de insegurança alimentar e nutricional.
2. As cozinhas solidárias foram reconhecidas como tecnologias sociais de combate à fome, definidas como ações organizadas, de iniciativa da sociedade civil, destinadas a produzir e ofertar refeições gratuitas para grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar. Elas operam de maneira voluntária e autônoma, por meio da reunião de esforços em suas comunidades. Apresentam características diversas, podendo ser de pequeno, médio ou grande porte, possuindo estrutura improvisada ou mais sofisticada, sendo formalmente constituídas ou operando de maneira informal, recebendo doações frequentes ou não, em maior ou menor volume.
3. Ao reconhecer a relevância dessa tecnologia social na garantia da segurança alimentar nas localidades mais vulneráveis do Brasil, o Congresso Nacional deu início à construção dessa política pública inovadora e atribuiu a responsabilidade de organizar e estruturar o Programa Cozinha Solidária ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
4. O Decreto nº 11.937/2024, que regulamenta o Programa Cozinha Solidária, trouxe a possibilidade de apoio a essas cozinhas por meio de três modalidades:
 - apoio à oferta de refeições pelas cozinhas solidárias em funcionamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 18 da Lei nº 14.628, de 2023, através de apoio financeiro complementar para a oferta de refeições, recurso que pode ser utilizado para cobrir despesas de custeio, pessoal, manutenção e pequenos investimentos;
 - fornecimento de alimentos in natura e minimamente processados provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do disposto na Lei nº 14.628, de 2023;
 - apoio à formação de colaboradores e à implementação de projetos que abordem processos formativos para o aprimoramento do funcionamento das cozinhas solidárias e as atividades formativas de interesse coletivo, esta modalidade tem previsão de início em 2025.
5. A Portaria MDS nº 977, de 05 de abril de 2024, estabeleceu as regras e procedimentos para o cadastro e a habilitação de cozinhas solidárias no âmbito do Programa Cozinha Solidária. Assim, cozinhas que comprovem os requisitos estabelecidos nesta Portaria, por meio do envio da documentação definida, pelo sistema desenvolvido para este fim (<https://cozinhasolidaria.digital/>), tornam-se habilitadas, passando a constar como possíveis beneficiárias no âmbito da Política. A análise da documentação das cozinhas solidárias é realizada pela Comissão de Habilitação de Cozinhas Solidárias e de Credenciamento de Entidades Gestoras, formalmente constituída para este objetivo.
6. A Lei determinou que fossem estabelecidas parcerias entre instituições públicas e organizações da sociedade civil para a execução do Programa, conforme o modelo de implementação de políticas públicas, definido pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto 8.726/2016, que constituem o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Conforme previsto no decreto que regulamenta o Programa Cozinha Solidária, essas organizações são credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) como Entidades Gestoras (EG).
7. Desta forma, foi publicada a Portaria MDS nº 978/2024, que estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cozinha Solidária, as quais precisam comprovar experiência na gestão de serviços de SAN. Cabe a essas entidades enviarem toda a documentação comprobatória dos requisitos estabelecidos ao sistema desenvolvido para este fim (<https://cozinhasolidaria.digital/>), devendo a Comissão de Habilitação de Cozinhas Solidárias e de Credenciamento de Entidades Gestoras, formalmente constituída, realizar as análises necessárias. A Comissão de habilitação de cozinhas solidárias e credenciamento de entidades gestoras foi designada pelas Portarias nº 56/2024, nº 120/2024 e nº 93/2025.
8. Importante mencionar que as cozinhas solidárias são responsáveis pelo processo de produção e oferta de refeições, cabendo às entidades gestoras o papel de apoio e articulação junto às cozinhas. Cabe às gestoras orientar, qualificar e apoiar as cozinhas solidárias na produção de toda a documentação necessária à adequada execução do Programa Cozinha Solidária.
9. Como etapa de implementação do Programa, foi criado o Sistema de Gestão do Programa Cozinha Solidária (SIG-PCS), que conta, até o dia **01/04/2025, com um total de 1.043 cozinhas habilitadas e cerca de 2.600 cozinhas mapeadas**, distribuídas por todo território nacional. A disponibilização do sistema representa um grande avanço no processo de implementação do Programa, pois o cadastramento das cozinhas é o primeiro passo para a sua habilitação e consequente acesso às modalidades de apoio do Programa. Em janeiro de 2025, o MDS deu início ao processo de **atualização cadastral do conjunto de cozinhas habilitadas**, com o objetivo de ampliar e qualificar dados e informações das cozinhas solidárias. Até a data indicada, **806 cozinhas já atualizaram seus cadastros, o que representa 79%**

daquelas habilitadas. A proposta é que seja feita uma atualização cadastral anual, de modo que reflita fidedignamente a realidade das condições e das atividades das cozinhas.

10. Com relação às Entidades Gestoras, hoje constam **761 cadastradas, sendo 165 entidades credenciadas.** As informações sobre habilitação das cozinhas solidárias e credenciamento das entidades gestoras estão disponíveis no Sistema de Gestão do Programa Cozinha Solidária, em <https://cozinhasolidaria.digital/>, para acesso de qualquer cidadão.

11. Para viabilizar o apoio à oferta de refeições (primeira modalidade constante no Decreto), foi publicado o Edital de Chamamento Público MDS nº 14/2024, com o objetivo de selecionar Entidades Gestoras, observando os procedimentos estabelecidos no MROSC. No âmbito do referido Edital, cabia a cada Entidade Gestora apresentar um Plano de Trabalho, conforme modelo disponibilizado pelo MDS, com a proposta de apoio a pelo menos 10 cozinhas solidárias habilitadas, não sendo admitido que mais de 30% dos recursos para apoio no âmbito do Plano fossem destinados a uma única cozinha solidária, apresentando ainda termo de concordância de cada uma das cozinhas convidadas a participar do Plano de Trabalho, cujo modelo consta no Edital. O limitador de 30% teve o propósito de garantir efetivamente a distribuição de apoio entre as cozinhas, sem deixar de observar a diversidade de suas capacidades.

12. Com base nos critérios definidos no Edital, foram convocadas para celebração de parceria todas as **23 Entidades Gestoras que cumpriram os requisitos mínimos estabelecidos**, para apoio financeiro complementar a um conjunto de 410 cozinhas. Ressalta-se que, com relação à vinculação política, a Lei Geral de Proteção de Dados (nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) considera **dados sensíveis**, dentre outros, "opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político", e por isso veda o acesso a essas informações se não forem necessárias à execução de políticas públicas. No âmbito do Programa Cozinha Solidária, **tais informações não são relevantes** para o processo de seleção das entidades beneficiárias, portanto, não estão disponíveis a esta equipe técnica, em observação à legislação referida.

13. Observados os requisitos para formalização estabelecidos no referido Marco Regulatório, foram formalizadas parcerias com 21 Entidades Gestoras, abarcando um universo de 384 cozinhas solidárias, a quem será destinado apoio deste Ministério. É previsto o apoio à oferta de 13 milhões de refeições neste universo de cozinhas.

14. A cada um dos 21 Termos de Colaboração formalizados até o momento, vincula-se como parte integrante e indissociável um Plano de Trabalho pactuado, onde consta a listagem de cozinhas a serem apoiadas e as metas, definidas nas quantidades de refeições a serem ofertadas por cada cozinha no período de um ano. Cabe às Entidades Gestoras prestar apoio, promover a articulação, a qualificação e o acompanhamento das cozinhas solidárias constantes em seu Plano de Trabalho.

15. Essa modalidade compreende, hoje, **o apoio financeiro no valor de R\$2,40 (dois reais e quarenta centavos) por refeição ofertada**, que podem ser utilizados para cobrir despesas de custeio, pessoal, manutenção e pequenos investimentos. Portanto, o MDS não está contratando um serviço, mas sim oferecendo apoio complementar às cozinhas, que já operam de forma voluntária, a se estruturarem e criarem melhores condições de produção e oferta de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade.

16. Todos os critérios de seleção das Entidades Gestoras podem ser acessados no Edital de Chamamento Público MDS 14/2024, disponível em: www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria/editais. Adicionalmente, no mesmo endereço é possível verificar os resultados e justificativas do processo de seleção das Entidades Gestoras.

17. Para garantir a transparência ativa e a atuação efetiva do controle social no âmbito do Programa, a relação das entidades e cozinhas contempladas por este Edital, com informações detalhadas sobre o número de refeições e valores estão disponíveis em www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria na aba "Controle Social".

18. Já as informações sobre os Termos de Colaboração e respectivos planos de trabalho estão disponíveis na Plataforma Transferegov, no acesso livre, espaço cujo acesso pode ser realizado por qualquer cidadão, em <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/sistemas/acesso-livre>, assim como toda a documentação necessária para a celebração da parceria.

19. O processo de formalização dos primeiros termos de colaboração do Programa Cozinha Solidária foi iniciado em outubro de 2024, sendo que a maioria das entidades gestoras recebeu a primeira parcela dos recursos previstos apenas em dezembro de 2024. **As parcerias têm duração de 12 meses e o seu processo de prestação de contas será feito ao final da execução**, respeitando as exigências do próprio Edital do Programa, da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 8.726/2016, que tratam do MROSC.

20. Conforme definições estabelecidas no mesmo Marco Regulatório, a execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do Transferegov.br, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

21. Para essa tarefa, a Portaria nº 117 de 17 de agosto de 2023 designou os servidores que compõem a Comissão de Monitoramento e Avaliação no âmbito do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (Desau/Sesan/MDS). As ações de monitoramento se dão conforme Plano realizado pela equipe do Programa. Ações de fiscalização também são previstas, para casos de denúncia ou indício de irregularidade mapeada.

22. As ações de monitoramento são realizadas via: a) acompanhamento dos registros, pagamentos e ações realizados por cada Entidade Gestora dentro da Plataforma Transferegov; b) acompanhamento das ações e documentações constantes no SIG-Cozinha Solidária, cujo link de acesso foi disponibilizado acima; c) realização de visitas técnicas de monitoramento in loco, conforme cronograma estabelecido no Plano de Monitoramento.

23. Com a conclusão do prazo de vigência do instrumento, o parceiro é notificado da necessidade de apresentação da prestação de contas final, dentro do prazo que é legalmente estipulado, de acordo com o MROSC. No âmbito da prestação de contas final, devem compor o relatório final os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas, fotos, vídeos, relatórios, entre outros.

24. Após a apresentação da prestação de contas na plataforma Transferegov, é verificada a sua completude e, caso esteja de acordo com as exigências legais, é efetuado o registro de sua comprovação no Transferegov. Caso a documentação de prestação de contas esteja incompleta, o parceiro é notificado a complementá-la e, somente após a constatação de que todos os documentos necessários foram apresentados, é solicitado o registro de sua comprovação.

25. No caso das prestações de contas regularmente apresentadas, dá-se, na sequência, início à sua análise técnica, com vistas à verificação do cumprimento do objeto pactuado. Caso necessário, o parceiro é diligenciado para apresentar complementações e/ou

esclarecimentos à prestação de contas. Caso o pedido de complementação seja atendido no prazo concedido, é feita análise complementar da prestação de contas.

26. A área técnica emitirá parecer se manifestando quanto à aprovação, aprovação parcial ou rejeição da prestação de contas quanto aos aspectos técnicos relativos ao cumprimento do objeto. Caso não haja saneamento das inconsistências encontradas na prestação de contas, a Subsecretaria de Gestão de Transferências (SGT) adotará providências para a instauração de Tomada de Contas Especial.

27. Com relação à denúncia veiculada na mídia em 06 de fevereiro de 2025, foram adotadas as seguintes providências no âmbito do MDS:

- No mesmo dia em que foram noticiados os supostos indícios de irregularidades, o MDS oficiou a entidade Movimento Organizacional Vencer Educar e Realizar - Mover Helipa para apresentar sua prestação de contas relacionada aos valores repassados às cozinhas solidárias em questão, considerando que o pagamento deve ser feito **após** à oferta de refeições, e devidamente comprovada;
- Este MDS recomendou a suspensão de novos pagamentos às cinco cozinhas mencionadas até a efetiva comprovação por meio do Ofício nº 4/2025/SESAN/DESAU/CGESAN. E, por meio do Ofício nº 24/2025/MDS/SESAN, datado também de 06/02/2025, este MDS determinou à entidade a paralisação total da execução do Termo de Colaboração celebrado entre as partes, além do bloqueio imediato, na plataforma Transferegov, dos recursos relativos ao Termo de Colaboração e o bloqueio da conta correspondente ao Termo de Colaboração junto ao Banco do Brasil;
- O MDS organizou, de imediato, uma ação de fiscalização in loco junto à entidade e às cozinhas relacionadas, entre os dias 07 e 08 de fevereiro. Dois servidores deste Ministério visitaram as cozinhas que foram objeto da denúncia (16775005 e 16822959). A fiscalização constatou que todas as cozinhas solidárias estavam em funcionamento no momento da visita, porém, duas operavam em um endereço diferente do cadastrado no Sistema de Gestão do Programa Cozinha Solidária (SIG-PCS), necessitando de atualização. Durante a fiscalização, presenciou-se a atividade da meta de Qualificação das Cozinhas Solidárias, realizada pela Entidade Gestora Mover Helipa. Os cozinheiros e representantes das cozinhas tiveram aula de gastronomia, conforme previsão de capacitação constante no Plano de Trabalho acordado. Os dados coletados sobre a produção e oferta de refeições de cada cozinha estão sendo cotejados com a análise em curso da documentação inserida pela Entidade Gestora na plataforma Transferegov e com as coletas da auditoria da CGU;
- No período de 17 a 21 de fevereiro de 2025, foi feita uma nova agenda de fiscalização pela equipe deste MDS, que contou com representantes da Assessoria Especial de Controle Interno, com o objetivo de fazer uma fiscalização mais ampla e detalhada no âmbito de todo o Termo de Colaboração firmado com a Mover Helipa, bem como visita a outras cozinhas inseridas no plano de trabalho firmado com a referida entidade, a qual servirá para uma análise mais aprofundada por parte deste Ministério, dando elementos para uma tomada de decisão sobre a parceria firmada;
- Este Ministério também acionou a Rede Federal de Fiscalização, considerando-se que é um grupo de acompanhamento de denúncias e irregularidades que conta com apoio da Polícia Federal, por meio do Ofício nº 50/2025/SE/DARE/CGAI, solicitando apoio para apuração dos fatos, tendo em vista as denúncias apresentadas pela imprensa;
- Após a denúncia, o MDS fez três reuniões com a Controladoria-Geral da União (CGU), nos dias 06, 07 e 13 de fevereiro de 2025, solicitando a antecipação das ações de auditoria no Programa Cozinha Solidária, que inicialmente estava prevista para maio de 2025, com o objetivo de aperfeiçoar os controles do Programa. Outras duas reuniões foram realizadas, nos dias 02 e 07 de abril, para discutir possibilidades de aprimoramento dos mecanismos de controle no Programa;
- Para aprimorar o controle sobre as informações das cozinhas no Programa, este Ministério solicitou às cozinhas, conforme previsto nas Portarias 977 e 978 de 2024 (§ 4º do artigo 4º e § 2º do artigo 4º, respectivamente), inclusão de registro fotográfico, georreferenciamento e ateste de funcionamento por parte de órgãos públicos, ou de conselhos de direitos, ou de associação de bairros e vizinhança. As cozinhas solidárias estão enviando esta documentação via sistema, encontrando-se em processo de análise.

28. O MDS reitera que, constatada qualquer irregularidade quanto ao cumprimento do objeto pactuado e quanto à boa e regular utilização dos recursos públicos, as devidas medidas saneadoras serão adotadas, o que pode incluir glosa e pedido de devolução de recursos à União, bem como inabilitação das cozinhas e descredenciamento de entidades gestoras junto ao Programa.

29. Por fim, em relação à entidade gestora Mover Helipa, cabe mencionar que esta possui parcerias com outras esferas governamentais para execução de ações relacionadas à alimentação, demonstrando, portanto, possuir capacidade técnica para a formalização do Termo de Colaboração Transferegov n.º 968936/2024 com este Ministério. Entre essas parcerias, registra-se, o Termo de Fomento nº 924948/2021, firmado em 31 de dezembro de 2021, entre o Mover Helipa e o então Ministério da Cidadania, cujo objeto era: "o fomento ao empreendedorismo e formação de novos negócios na área de gastronomia para a inserção da população vulnerável no mercado de trabalho, geração de renda e aumento da autonomia socioeconômica dos beneficiários, com a criação de uma cozinha escola, em um local aberto ao público, com equipamentos adequados, onde haverá a oferta de capacitação profissional e assistência técnica na área de gastronomia com vistas ao fomento de empreendedorismo e geração de novos negócios para os moradores favela de Heliópolis cadastrados no CADÚNICO".

30. Conforme se depreende da Nota técnica nº 351/2021 (SEI nº 11775736), item "4.2.3.", a fim de justificar a dispensa do procedimento de seleção por chamamento público, os gestores do então Ministério da Cidadania justificaram o que se segue: A referida entidade sem fins lucrativos foi fundada em 17 de outubro de 2008 por lideranças da favela de Heliópolis. A gestão da entidade e a formatação de projetos por ela desenvolvida é feita integralmente por essas lideranças, de modo a refletir as necessidades dos moradores da favela. Desde 2020, a MOVER HELIPA desenvolve um projeto social na favela de Heliópolis, embaixo do Viaduto do Comandante Taylor, voltado para segurança alimentar, denominado Cozinha Comunitária Mover Helipa, que além de arrecadar e fornecer alimentos às pessoas que vivem em extrema pobreza, promove a qualificação nas áreas de gastronomia e formação de lideranças, já tendo distribuído mais de 300.000 mil refeições até os dias de hoje. (...). A prestação de contas financeira do respectivo Termo de Fomento foi aprovada no âmbito deste Ministério.

31. Ademais, entre os anos de 2023 e 2024 a Mover Helipa formalizou parcerias junto à Prefeitura de São Paulo, como exemplo:

a) Termo de Colaboração nº TCL/029/2023/SMDHC/SESANA, objetivando a implementação e consecução do Programa "Gestão de Unidade da Rede Cozinha Escola", no valor de R\$ 2.680.782,19 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil setecentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos);

b) Termo de Fomento Nº. TFM/150/2023/SMDHC/SESANA, cujo objeto era: Projeto "Equipar a unidade da Rede Cozinha Escola Ipiranga - Org. MOVER Helipa", vinculado à Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional, Abastecimento e Agricultura – SMDHC, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

32. Em 13 de junho de 2024, o Mover Helipa formalizou Termo de Colaboração com o Governo do Estado de São Paulo, cujo objeto é “a transferência de recursos financeiros à OSC, objetivando disponibilizar à população carente alimentação de qualidade, a preços acessíveis, na unidade de Campo Limpo do Restaurante Popular”.

Atenciosamente,

Assinado Eletronicamente
ANA CAROLINA SILVA E SOUZA
Coordenadora-Geral
Coordenação-Geral de Cozinhas Solidárias
CGCSOL/DESAU/SESAN/MDS

De acordo.

Encaminhe-se à SESAN para conhecimento, análise e providências.

Assinado Eletronicamente
PATRÍCIA CHAVES GENTIL
Diretora
Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
DESAU/SESAN/MDS



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Silva e Souza, Coordenador(a)-Geral**, em 17/04/2025, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Chaves Gentil, Diretor(a) do Departamento de Promoção de Alimentação Adequada e Saudável**, em 17/04/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



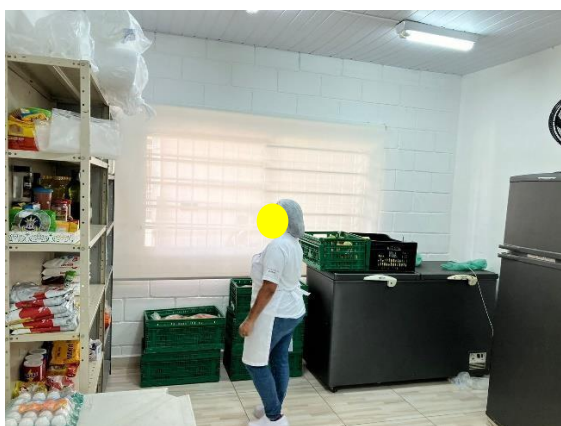
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16822966** e o código CRC **E97AEFD9**.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

ANEXO I - IMAGENS DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS VISITADAS (Entidade Gestora: Mover Helipa)

Dia 6/2/2025

Instituto Rosa dos Ventos



Mocidade Ativa Cristã





Dia 7/2/2025

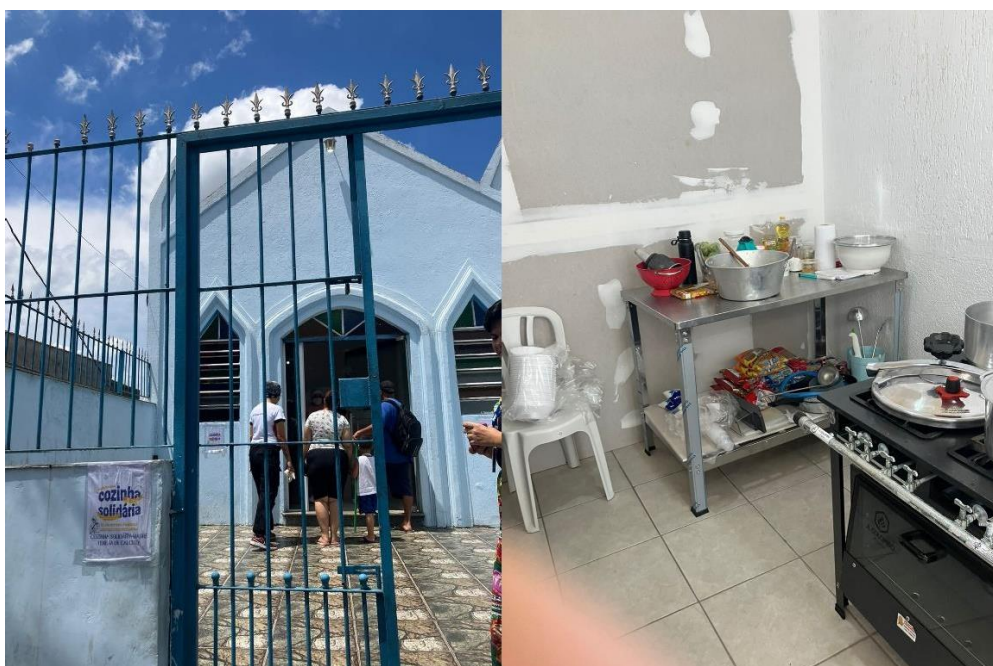
São Francisco



Unidos pela fé



Madre Tereza de Calcutá





Dia 8/2/2025

Workshop: “Gastronomia e Culinária”, promovido pela Mover Helipa.







MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

DADOS DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

TIPO DE INSTRUMENTO: Termo de Colaboração.

NÚMERO NO TRANSFEREGOV: 968936.

PARCEIRO DA UNIÃO: Movimento Organizacional Vencer, Educar e Realizar (MOVER Helipa).

OBJETO: Apoio a cozinhas solidárias para a produção e oferta de refeições gratuitas e de qualidade, preferencialmente a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, inscritas nos programas de transferência de renda e no Cadastro Único e em insegurança alimentar e nutricional, no âmbito do Programa Cozinha Solidária.

VALOR: R\$ 5.637.294,26 (cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) para apoiar a entrega de refeições por trinta e nove cozinhas solidárias, contratadas pelo MOVER Helipa (Entidade Gestora).

Cinco dessas cozinhas foram objeto da fiscalização, haja vista que citadas em denúncia veiculada na imprensa: Instituto Rosa dos Ventos, Mocidade Ativa Cristã, São Francisco, Unidos pela Fé e Madre Tereza de Calcutá.

Os contratos firmados com elas têm o mesmo valor global de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) e a meta de produção e fornecimento de 55.000 refeições, por cada cozinha.

VIGÊNCIA: 22 de novembro de 2024 a 22 de novembro de 2025.

REGULAMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO: Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.

LOCAL E DATA DA FISCALIZAÇÃO: São Paulo, 6 a 8 de fevereiro de 2025.

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A FISCALIZAÇÃO

1.1. Em 6 de fevereiro de 2025, Rafael Toitio, servidor público federal, lotado no Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (DESAU/SESAN/MDS), unidade responsável pela gestão do programa governamental em questão, visitou duas cozinhas solidárias – Instituto Rosa dos Ventos e Mocidade Ativa Cristã.

1.2. No dia seguinte, 7 de fevereiro de 2025, o servidor visitou as outras três cozinhas solidárias objeto da fiscalização – São Francisco, Unidos pela Fé e Madre Tereza de Calcutá – acompanhado de Claudia Bocca, servidora pública federal, também lotada no DESAU/SESAN/MDS.

1.3. Como a averiguação enfocou a produção e a oferta de refeições, aspectos abordados na denúncia veiculada pela imprensa, todas as visitas foram realizadas próximas ao horário do almoço, para que fosse possível verificar o funcionamento e as atividades das cozinhas e conversar com seus beneficiários.

1.4. Em 8 de fevereiro de 2025, o servidor Rafael Toitio acompanhou a primeira aula do curso de formação, promovido pelo MOVER Helipa, para os membros das cozinhas solidárias contratadas pela entidade, intitulado “Workshop: Gastronomia e Culinária”.

1.5. O curso integra a meta Qualificação das Cozinhas Solidárias, pactuada com a Entidade Gestora e desenvolvida com parte dos recursos do Programa. A primeira aula teve duração de 4h e os membros das cozinhas solidárias foram divididos em duas turmas.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. A fiscalização consistiu na verificação *in loco* do funcionamento das cinco cozinhas solidárias citadas e na realização de entrevistas estruturadas com seus representantes legais e cozinheiras de cada uma delas.

2.2. Foram coletados dados sob a forma de registros fotográficos, respostas ao questionário e relatos das cozinheiras e outros membros das cozinhas e dos beneficiários.

2.3. Uma equipe da Entidade Gestora apoiou a realização das visitas, mas não interferiu na realização da coleta de dados e das demais atividades de fiscalização desenvolvidas pela equipe do DESAU.

2.4. Durante a visita, a equipe da Entidade Gestora transmitiu orientações de boas práticas alimentares, de forma verbal e escrita, aos membros das cozinhas.

2.5. Os nomes dos representantes legais entrevistados não são expressamente citados nesse documento, de modo a resguardar seus dados pessoais.

2.6. Em anexo (SEI n. 16561895), como forma de complementar as informações do presente relatório, seguem as fotos tiradas pelos servidores do DESAU, durante as visitas de fiscalização.

3. DADOS COLETADOS

Instituto Rosa dos Ventos (Cód. CS014684)

3.1. A cozinha localiza-se na Rua Soror Maria Celeste, n.º 140 (São Paulo/SP), endereço cadastrado no Sistema de Informação e Gestão do Programa Cozinha Solidária (SIG-PCS). No local, são oferecidas outras atividades do instituto, como cursos de formação profissional e a construção de uma horta urbana.

3.2. Atualmente, dez membros trabalham na cozinha, sendo que três delas recebem alguma remuneração. Todas elas fizeram curso de boas práticas em alimentação oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/SP).

3.3. As refeições são entregues aos beneficiários ou consumidas no próprio local, que dispõe de mesas e cadeiras para refeição.

3.4. De acordo com representante da cozinha solidária e beneficiários que estavam na fila, a cozinha funciona de segunda à sexta-feira, no horário de almoço. Informou ainda que a cozinha serve de 80 a 100 refeições por dia e a meta é ampliar para 200 refeições por dia.

3.5. Em comparação às demais cozinhas visitadas e que tem a mesma meta, a cozinha do Instituto Rosa dos Ventos é a que apresenta a melhor estrutura.

Mocidade Ativa Cristã (Cód.: CS019127)

3.6. A cozinha localiza-se na Rua Santo Antônio do Cântaro, n.º 100 (São Paulo/SP), endereço cadastrado no SIG-PCS. No local, funciona um clube desportivo comunitário e um telecentro da Prefeitura Municipal de São Paulo.

3.7. Atualmente, oito membros trabalham na cozinha, todos de forma voluntária. As refeições são entregues aos beneficiários para comer no local ou para levar.

3.8. Em relação ao funcionamento, o representante legal informou que a cozinha funciona às terças, quintas e sextas-feiras, durante o almoço. E produz, por dia, entre 200 e 250 refeições. No entanto, quando indagadas sobre os dias de funcionamento, a cozinheira e uma ajudante informaram que não há dia fixo para entregar as refeições e que a cada semana a cozinha funciona em dias diferentes.

3.9. Em comparação às demais cozinhas visitadas e que tem a mesma meta, a Mocidade Ativa Cristã é a que apresenta a estrutura mais simples.

São Francisco (Cód. CS016855).

3.10. A cozinha localiza-se na Rua Travessa Arlindo dos Santos, nº 31 (São Paulo/SP), endereço cadastrado no SIG-PCS. No local, funciona a Associação de Moradores do Jardim dos Eucaliptos, que desenvolve atividades de assistência jurídica, entrega de cestas básicas, aulas de dança, castração animal entre outras.

3.11. O número de pessoas que trabalham por dia na cozinha varia de acordo com o dia, de quatro a dez pessoas, na produção e distribuição de refeições.

3.12. No que se refere ao funcionamento, a representante legal informou que a cozinha funciona às terças, quartas e sextas-feiras, durante o almoço. Informou ainda que a produção diária é de 416 refeições. Em relação à utilização dos recursos do Programa, afirmou que foi utilizado principalmente para a compra de insumos para as refeições.

Unidos pela fé (Cód. CS019271).

3.13. A cozinha localiza-se na Rua Pára-Nova, nº 50 (São Paulo/SP), endereço diferente do cadastrado no SIG-PCS. De acordo com o representante legal, a cozinha funcionava na rua de baixo, no endereço que foi cadastrado no SIG (casa onde o representante mora); com o recurso do Programa, alugou um imóvel para a cozinha. A cozinha não desenvolve outra atividade.

3.14. Atualmente, trabalham de quatro a cinco pessoas, todas de forma voluntária.

3.15. No que se refere ao funcionamento, o representante afirmou que a cozinha produz e oferta as refeições três vezes por semana, sem dia fixo, distribuindo cerca de 250 refeições, por vez. Toda as refeições são distribuídas para serem consumidas em outro local.

Madre Tereza de Calcutá (Cód. CS019222).

3.16. A cozinha localiza-se na Rua Francisco Ibarra, n. 28 - Jardim Varginha (São Paulo/SP), endereço diferente do cadastrado no SIG-PCS. De acordo com a representante legal, a cozinha funcionava na casa dela, no endereço cadastrado no sistema, até quinze dias antes.

3.17. Há hoje 5 pessoas trabalhando na cozinha, todas de forma voluntária.

3.18. A representante afirmou que a cozinha oferta, atualmente, 410 refeições por dia, funcionando às terças, quintas e sextas-feiras, durante o almoço. A distribuição é realizada na própria cozinha ou diretamente na favela de Varginha.

3.19. Após a visita à cozinha, os servidores da DESAU acompanharam os membros da cozinha na entrega das refeições na favela de Varginha. Foi presenciada a entrega de cerca de 80 refeições, levadas em caixas de isopor.

4. **CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS COLETADOS**

4.1. Todas as cozinhas solidárias estavam em funcionamento no momento da visita, porém duas operavam em um endereço diferente do cadastrado no SIG-PCS, necessitando de atualização.

4.2. Durante a fiscalização, presenciou-se a atividade da meta de Qualificação das Cozinhas Solidárias, realizada pela Entidade Gestora. Os cozinheiros e representantes das cozinhas tiveram aula de gastronomia.

ENCAMINHAMENTOS

Os dados coletados sobre a produção e oferta de refeições de cada cozinha serão cotejados com a análise em curso da documentação inserida pela Entidade Gestora na plataforma Transferegov.

Serão ainda complementados com os dados coletados na segunda atividade de fiscalização a ser realizada na semana entre 17 e 21 de fevereiro de 2025, de modo a subsidiar a tomada de decisões gerenciais deste Ministério sobre a parceria.

RAFAEL DIAS TOITIO

Técnico

CLÁUDIA BOCCA

Técnica



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Dias Toitio, Técnico**, em 14/02/2025, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Roberta Bocca Santos, Técnico**, em 20/02/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16560234** e o código CRC **98CF8BA7**.

Referência: Processo nº 71000.062004/2024-13

SEI nº 16560234